

PÉ DE IROKO: ANCESTRALIDADE, MEMÓRIA E CURRÍCULO DO LUGAR ESTABILIZADO E EXPANDIDO NO QUILOMBO MONTE RECÔNCAVO¹

Elisângela Medeiros Silva²

RESUMO

O presente artigo aborda a historicidade do espaço cultural e religioso denominado Pé de Iroko, conhecido popularmente como “Pé do Loco”. O nome desse espaço, na sua origem, faz referência ao orixá Iroko, do candomblé Queto. No Brasil, ele é associado a uma espécie de árvore conhecida como gameleira. O Pé do Iroko, no passado, era um terreiro de candomblé a céu aberto, onde se organizavam ritos religiosos de matriz africana. Posto isso, o objetivo desta pesquisa é investigar as dinâmicas, as organizações dos festejos, a relação que os moradores mantinham e mantêm com esse espaço, e as significações desse local no passado e no tempo presente. Em suma, o trabalho pesquisado pretende investigar o que o Pé do Iroko representava e representa para a população do quilombo Monte Recôncavo. Trata-se, pois, de um estudo com ênfase nos currículos estabilizados e expandidos pelos lugares do Monte Recôncavo, utilizando os conceitos de ancestralidade, memória coletiva e território usado e praticado. Sendo assim, a estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso, utilizando a técnica de entrevista não-diretiva.

Palavras-chave: Pé de Iroko; quilombos - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA) - história; Candomblé; memória coletiva.

ABSTRACT

This article addresses the historicity of the cultural and religious space called Pé de Iroko, popularly known as “Pé do Loco”. The name of this space, in its origin, refers to the orixá Iroko, of the Ketu Candomblé. In Brazil, it is associated with a type of tree known as the fig tree. Pé do Iroko, in the past, was an open-air Candomblé terreiro (religious site), where religious rites of African origin were organized. Therefore, the objective of this research is to investigate the dynamics, the organization of the festivities, the relationship that the residents maintained and maintain with this space, and the meanings of this place in the past and present. In short, the research aims to investigate what Pé do Iroko represented and represents for the population of the Monte Recôncavo quilombo (maroon community). It is, therefore, a study with an emphasis on the curricula established and expanded by the places of Monte Recôncavo, using the concepts of ancestry, collective memory, and used and practiced territory. Therefore, the methodological strategy adopted was the case study, using the non-directive interview technique.

Keywords: Pé de Iroko; quilombos - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA) - history; Candomblé; collective memory.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio.

² Discente do curso de Pedagogia da UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa investigar a historicidade, a importância e a significação do espaço cultural e religioso denominado Pé do Iroko, situado na comunidade quilombola Monte Recôncavo. Dessa forma, pretende-se analisar o significado desse lugar de memória, bem como a relação dos moradores com esse espaço no passado e no tempo presente.

A comunidade quilombola do Monte Recôncavo está localizada em São Francisco do Conde, na Bahia, no trecho da BR-522, a 11 km do centro da cidade. De acordo com o geógrafo José Jorge do Espírito Santo (1963), o Monte Recôncavo está situado a setenta metros acima do nível do mar, sendo um dos pontos mais elevados do Recôncavo Baiano. No que se refere à certificação da comunidade, o processo junto à Fundação Cultural Palmares ocorreu no ano de 2007, por meio de um grupo teatral da própria comunidade, a Companhia Cultural Mont'Art.³

A população da referida comunidade é majoritariamente negra. Vale destacar que, segundo dados do Censo IBGE de 2022, o município de São Francisco do Conde apresenta 38,7 mil habitantes, sendo 49,9% da população preta, 44,1% parda, 5,7% branca e menos de 1% amarela e indígena. No que tange à população do Monte Recôncavo, esses dados são visíveis; uma análise nas fichas de matrícula das escolas confirmou uma quantidade significativa de alunos que se consideram negros.

O quilombo Monte Recôncavo, em sua riqueza e diversidade cultural, confere características singulares a esse território. Essas heranças eram e ainda são transmitidas pelos mais velhos de geração a geração. Tal realidade constitutiva desse espaço tem como fundamento a presença dos povos africanos e sua descendência que mantiveram uma relação específica com esse local. A memória coletiva, a tradição oral e a cultura atestam a identidade social, étnico-racial e coletiva desse território.

A motivação para esta pesquisa surgiu, primeiramente, do meu interesse por ser uma mulher quilombola, negra, moradora do Monte Recôncavo e, em segundo lugar, porque ouvi, desde criança, por meio dos mais velhos e mais velhas, muitos relatos sobre o “Pé do Iroko”. Por essa razão, cresceu em mim o interesse em investigar, mais a fundo esse espaço religioso Pé de Iroko. É importante salientar que, até o momento, há poucos estudos referentes a esse lugar que era tão importante para os moradores. Logo, minha hipótese é que

³ O processo de certificação da Comunidade do Monte Recôncavo, junto à Fundação Cultural Palmares, se deu graças ao movimento empreendido por um grupo de jovens integrantes da Companhia Cultural Mont'Art, um grupo teatral criado em 11 de fevereiro de 1999.

esse local faz parte da construção identitária, cultural e ancestral dos moradores, sendo um lugar emblemático e enraizado na cultura afro-brasileira. Por isso, o presente estudo investiga o Pé do Iroko, sua relação e representação no passado e no presente da comunidade.

2 “PÉ DO LOCO”: COMO SURTIU ESSE NOME NA COMUNIDADE

Em busca de mais informações sobre quem denominou o espaço sagrado de “Pé do Loco”, um dos poucos mais velhos da comunidade, Seu Ezequiel dos Santos, fez a seguinte afirmação: “Não conhecemos e nem ouvimos falar quem foi o autor que pôs esse nome naquele terreiro; era por causa do pé da gameleira que existiu lá, além de um pé de berreiro e de dendê”.

A partir das memórias do Senhor Ezequiel dos Santos e de vários moradores da comunidade, não se sabe quem deu o referido nome ao local, mas eles afirmam que o nome foi dado por causa da existência da árvore gameleira. O pé de berreiro, citado por muitos moradores, era enorme, segundo eles, parecia uma casa. O berreiro é uma planta muito fácil de encontrar aqui na comunidade por ser nativa do Brasil, e é de extrema importância durante culto aos orixás, onde recebe o nome de Ipena; é uma planta nativa do Brasil que protege todo o tipo de feitiço. É a folha do orixá do fogo e da justiça, Xangô.

O berreiro é considerado a folha do rei e pode ser usada para que ele compartilhe suas prosperidades, além de ser utilizada para fins medicinais, banhos, sacudimentos ou na forma de pó. Diante desta informação, é importante destacar que todos os elementos existentes dentro do espaço Pé de Iroko, na referência popular “Pé de Loco”, têm seu significado e sua importância; nada pode ser desconsiderado e nem tratado como algo insignificante, ou seja, tudo tem o seu fundamento e seu propósito. Diante desse entendimento, é relevante a fala da Senhora Augusta Martins, moradora da comunidade do Monte Recôncavo ao relatar que quando o seu pai assumiu a missão de dar continuidade às celebrações do “Pé do Loco”, ele recebeu uma promessa de uma entidade que iria banir as doenças contagiosas que assolavam a comunidade na época. Segundo ela, a comunidade vivia uma pandemia de doenças transmissíveis como: sarampo, catapora, rubéola, entre outras doenças. Sendo assim, a entidade (Iroko) prometeu ao senhor Martins que, se ele assumisse o compromisso, dando continuidade à celebração no Pé do Loco, a comunidade estaria livre daqueles males, e assim se sucedeu, e as doenças foram banidas da comunidade por muito tempo.

O testemunho narrado pela Senhora Augusta Martins, nos revela e afirma a importância e o significado que este lugar representou e representa para a população. O fenômeno que acontecia no terreiro é a expressão de uma continuidade e de pertencimento identitário enraizado na cultura e tradições africanas, apesar de passar pelo processo de hibridização no novo país, sem perder de vista a sua originalidade e espiritualidade que emana do espaço. Nesse sentido, observamos que a tradição oral é o veículo essencial na transmissão desses saberes e os seus ensinamentos está para além do seu papel fonológico, tornando-se um instrumento de formação, informação e transformação no território. É através da oralidade, que os povos tradicionais mantêm um elo com as divindades, com os antepassados e com a natureza.

Essas especificidades perpetuam até os dias atuais, fortalecendo a relação com os seus ancestrais dentro do território quilombola do Monte Recôncavo. Para Arouca (2018 apud Antonio, 2021, p. 9), “A língua é algo vivo; sua produção, reprodução e renovação é de ordem histórica e coletiva, sobretudo”. Desse modo, a língua sofre mudanças para se adequar às falas dos moradores, além disso esse fenômeno varia de ambiente e de grupo social existente. Para Antônio (2021, p.10), “território, espaço, lugar cotidiano e sistema cultural dão corpo e extensão ao fenômeno linguístico”. No território quilombola Monte Recôncavo, são notórios esses fenômenos linguísticos e suas variações são percebidas nas falas dos moradores mais antigos em seu cotidiano, por exemplo, quando eles pronunciam “Pé do Locô” sendo que é pé de Iroko entre outros nomes.

Em sua pesquisa sobre língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural, Antonio (2021, p. 4) afirma que “As manifestações linguísticas não ocorrem fora do território, do espaço, dos lugares, do cotidiano e, especialmente, dos sistemas culturais. Sendo assim, essas variações linguísticas estão presentes nos alimentos, objetos, em várias categorias do território quilombola. Nesse sentido, é relevante conhecer e destacar a origem desses vocabulários falados pelos moradores e o seu significado. A língua usada explica, via oralidade, a deriva de Pé de Iroko para “Pé do Loco”. A semelhança sonora e a aproximação gráfica estabilizaram a expressão “Pé de Loco”

É importante, sem desconsiderarmos a força da oralidade, que chegue ao conhecimento dos moradores a verdadeira origem do nome Pé de Iroko, de forma que possa fortalecer a sua história e o sentimento de pertencimento. O culto em honra a Iroko é um dos mais populares na terra iorubá, e as relações com essa divindade quase sempre se dão por meio da natureza, especialmente das árvores sagradas, como a gameleira (Iroko), que é o centro de culto no Monte Recôncavo. A preservação da memória desse culto, mesmo que as

festividades tenham sido interrompidas, demonstra a força da ancestralidade e do Currículo do Lugar, que continua a educar e a enraizar a identidade quilombola na comunidade.

Para os povos iorubás o Iroko é uma árvore sagrada e cultuada em todas as regiões que praticam as religiões dos orixás. Há relatos que o orixá Iroko, no Brasil, habita principalmente na árvore gameleira. Na África, ele vive na árvore Iroko. No Brasil, o orixá é considerado e cultuado nas casas tradicionais da nação Queto, ele é visto como um orixá muito discreto. “Durante o ritual, esse orixá não é mais incorporado, nos leva a entender que não há mais iniciados por isso é tido como um orixá raro”. (Castro, 2019). Ele também é considerado como guardião da ancestralidade, guardião dos antepassados, protetor das crianças que sofrem com pesadelos e até mesmo crianças que sofrem com assombrações. Para afastar esses espíritos, é preciso apresentar uma oferenda ao orixá Iroko, com intuito de afastar os maus espíritos que rondam o lugar: “Assim em Honra a Irocô, há em muitos terreiros o costume de se levantar uma árvore ou um mastro, diante do qual são colocadas as oferendas” Berkenbrock (2012 apud Castro, 2019, p.5). Há narrativas ou fundamentos afirmando que o Iroko se manifesta quando alguém, ao fazer-lhe uma promessa por um pedido alcançado, precisa cumprir a palavra dada. Caso contrário, correrá o risco de ser perseguido por não honrar o compromisso firmado com o Iroko. “Contenta-se em fazer-lhe oferenda em caso de doenças e, sobretudo em ocasiões que há febres” Verger (1999 apud Castro, 2019, p. 5). Portanto, o orixá Iroko é destemido em suas ações, ele manifesta sua força no tempo e no espaço e cobra as promessas que cada pessoa faz a ele. É comum nos terreiros de candomblé escolher uma árvore gameleira sinalizando com um pano branco chamado “ojá” para indicar a morada do orixá Iroko.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, optamos pelos seguintes percursos metodológicos: a entrevista não diretiva que de acordo com Severino (2007), proporciona a coleta de dados significativos e precisos. Nela, o entrevistador se posiciona em uma atitude de escuta, registrando todas as informações possíveis e interferindo apenas sutilmente para fomentar a narrativa, proporcionando um momento de diálogo com o entrevistado (Severino, 2007). Foi preciso lançar mão de diário de campo, celular para registrar imagens do espaço e as visitas. Fui ao encontro de alguns moradores mais antigos da comunidade como: Senhor Ezequiel dos Santos, Seu Carlos dos Santos, Senhor Domingos Ferreira, Senhora Angélica

dos Santos e a Senhora Maria Augusta Martins, para conversar e conhecer a história que circunda o Pé do Iroko. A visita feita a esses moradores foi uma maneira de obter informações precisas sobre a história do território e dos fenômenos que acontecia no terreiro de candomblé Pé de Iroko.

No momento em que elaborava uma lista de nomes de pessoas mais velhas da comunidade, na perspectiva de fornecerem informações necessárias para a minha pesquisa, notei que a maioria dos anciões da comunidade já partiram para o outro plano. Logo, torna-se fundamental registrar as histórias e memórias desse lugar.

Essa constatação me fez recordar uma afirmação de Hampâté Bâ, presente no seu texto, “A Tradição Viva” (2010). Com palavras aproximadas, o referido autor versa sobre o desaparecimento desses mestres e mestras que carregam consigo uma grande bagagem de conhecimentos tradicionais que foram transmitidos pelos seus antepassados e que se mantêm vivos em suas memórias. Em seguida, ele convoca os jovens para extrair desses mais velhos (as), com urgência, o máximo de seus conhecimentos e ensinamentos, que eles trazem consigo e que é perpetuado ao longo dos tempos, para que esses saberes não corram o risco de se perderem. A perspectiva é que as gerações futuras tenham também acesso a esses conhecimentos poderosos/relevantes/importantes advindos de grupos tradicionais. (Hampâté Bâ, 2010). Por meio da entrevista não-diretiva, obtivemos dados fundamentais para a elaboração desta pesquisa. Os registros descritos no diário de campo foram dados importantes para o desenvolvimento do trabalho. Também foi utilizado o percurso das entrevistas articulados com a pesquisa bibliográfica, buscando em livros, artigos, revistas e bancos de dados aportes teóricos.

Durante a conversa com os mestres e mestras da comunidade quilombola, eles contaram a história do Pé do Iroko e suas vivências. Esses fatos, guardados nas extensas prateleiras de suas memórias, confirmaram a relação intrínseca dos moradores com o território. Vale ressaltar que o presente trabalho também perpassa por uma abordagem qualitativa. Sendo assim, esse percurso metodológico propicia a análise de fenômenos que envolvem pessoas e suas vivências no ambiente em que estão inseridas (Godoy, 1995). Desse modo, foi possível realizar uma escuta mais atenta, com riqueza de detalhes e obter um entendimento mais amplo a respeito da origem dos moradores e de seus modos de vida que corroboram na construção da pesquisa.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA COMUNIDADE

O Monte Recôncavo, assim como várias comunidades do Recôncavo Baiano, foi território de exploração colonial, marcado pelo sistema açucareiro durante o período da colonização portuguesa. Pedreira em sua obra, *Notícia Histórica de São Francisco do Conde*, relata dados importantes desse período. Segundo ele, “a Freguesia de Nossa Senhora do Monte foi criada em 1608, com 17 engenhos, onde já se produzia açúcar (Silva, 1976).” Dentre esses engenhos, está o Engenho Monte, situado dentro da própria comunidade, que, ao findar o sistema açucareiro, passou a ser Fazenda Monte. Com o passar do tempo, o local de fabricação do açúcar e seus derivados passou a ser chamado pelos moradores de “sobrado”.

É imprescindível abordar as contribuições dos povos africanos e indígena na formação do território quilombola Monte Recôncavo, para entender todo o processo histórico e identitário dos moradores. Pedreira (1976), ao comentar sobre a construção da igreja N. S. do Monte Recôncavo do século XVI, destacou o local como Morro Tamarari, o atual Monte Recôncavo. Denota-se um nome de origem propriamente indígena. Além do autor apresentar essa informação, os mais velhos da comunidade já afirmavam a presença primeira dos povos indígenas e, sobretudo, os seus legados deixados aqui: tradições, comidas, modos de cura, instrumentos de trabalho, entre outros elementos. Nesse sentido, os dados comprovam que antes da chegada dos colonizadores, os indígenas habitavam esse território.

Conforme esses dados, ainda são visíveis alguns resquícios do modo de vida dos povos indígenas e dos povos africanos que foram escravizados nesse lugar. Havia uma incineradora e um grande tacho de ferro que faziam parte do processo de fabricação do açúcar, localizados na Fazenda Monte. Segundo relatos dos moradores, a incineradora servia como uma espécie de indicador, mostrando que naquele local havia engenho e trabalho escravizado. Segundo os mais velhos, quando os escravizados adoeciam, eram lançados na incineradora. A fumaça lançada na atmosfera não fazia parte apenas do processo de fabricação do açúcar, mas era resultado de corpos negros incinerados juntamente com as canas, uma forma de ocultar os corpos para não chamar atenção.

Dialogando com o Senhor Carlos dos Santos, morador da comunidade, ele fez o seguinte relato de memória:

“Esta fazenda é muito antiga, abrigava um engenho de cana-de-açúcar e chegavam muitos africanos naquela época para trabalhar” (Santos, 2024). Segundo o Senhor Carlos dos Santos, conforme aprendeu oralmente com o seu pai, com o declínio da cana-de-açúcar, os africanos escravizados foram expropriados dos meios de produção e do território, indo para

vários lugares da região. No entanto, alguns decidiram ficar por ali, seguindo em direção à parte mais alta do território, um espaço que, na época, era geograficamente isolado. Com o passar do tempo, a fazenda foi vendida para novos fazendeiros que investiram no cultivo de cacau, banana e criação de gado. Nesse período, houve uma espécie de contrato de trabalho feito entre o proprietário da fazenda e os moradores. A partir desse período, alguns moradores relataram que, ao terem acesso à fazenda, conheceram o sobrado, lugar onde foi construído o engenho de cana-de-açúcar.

A partir do exposto, nota-se que a Fazenda Monte guarda ou é memória viva do processo de formação dessa comunidade, porque, após o declínio açucareiro, muitas famílias continuaram nesse local, mantendo um forte vínculo com o território, a despeito do racismo e das violências persistentes. Com o passar do tempo, os moradores mantiveram uma relação contínua com a Fazenda Monte Recôncavo. Além do vínculo empregatício, a população transitava continuamente nesse espaço, pois havia três fontes de água cristalina dentro da fazenda onde os moradores utilizavam como recurso social para: a higiene e preparo de alimentos, dentre outras funções.

É importante destacar aqui o papel das mulheres negras na formação da comunidade, representadas na força de trabalho e nas lutas pela sobrevivência. São mulheres conectadas com a natureza que extraíam dela, além dos elementos de sobrevivência, o conhecimento e o respeito, numa perspectiva afetiva e espiritual. Na comunidade, existiam muitas mulheres que exerciam a função de lavadeiras de roupas de ganho; essas mulheres faziam todo o processo de lavagem dessas roupas nessas fontes, porque até a virada dos anos 80 para os anos 90, não existia água encanada. Portanto, essas fontes eram muito importantes para as mulheres, sendo que essa prática era muito forte dentro da comunidade. Além do trabalho de lavar roupa para o ganho, elas mariscavam e realizavam o trabalho agrícola, sendo um meio de subsistência na época. Além disso, a fazenda e todo o território possuíam uma terra fértil, que produzia grandes variedades de frutas, beneficiando os moradores na alimentação e na produção de vários produtos que eram consumidos ou vendidos.

Desse modo, a comunidade quilombola Monte Recôncavo herdou dos povos africanos aspectos culturais, filosóficos, políticos, religiosos, artísticos e arquitetônicos que foram essenciais para sua sobrevivência, resistência e constituição de um modo de vida fundamentado na ancestralidade. Desse modo, Nascimento (2016) evidencia a importância da intelectualidade dos povos africanos na diáspora, no novo quadro de vida, ao afirmar que:

As pessoas africanas que foram escravizadas durante o tráfico trouxeram para o nosso País muito mais do que sua força de trabalho. Trouxeram valores, práticas, saberes e crenças que deixaram marcas indelévels em nossas maneiras de viver, embora nem sempre sejamos capazes de visualizar essas heranças (Nascimento, 2016, p. 156).

A partir de Nascimento (2016), constata-se que os legados dos povos africanos estão presentes, para além dos territórios tradicionais, arraigados na totalidade do Brasil. Considerar e respeitar os legados advindos dos povos africanos é uma forma de manter viva a cultura e resistência da população negra no novo mundo. Desse modo, é importante conhecer o processo histórico e a luta dos povos africanos ao chegarem aqui no Brasil. Portanto, a forma cultural africana, estabelecida no Monte Recôncavo pelos remanescentes foi fundamental para a constituição das identidades da população negra.

5 MEMÓRIAS DAS FESTAS DEDICADAS AO PÉ DE IROKO

Considerando a memória da prática religiosa vivenciada no espaço Pé do Iroko, no qual está embasado o objeto de pesquisa, é relevante analisar esse lugar como legado da cultura e da religião africana. Desse modo, é importante destacar a existência das religiões de matriz africana na comunidade, bem como outras religiões que foram surgindo ao longo do tempo. Atualmente, existem três tipos de religião praticadas no quilombo Monte Recôncavo: a religião católica (Igreja, Nossa Senhora do Monte), a religião de matriz africana presente em dois terreiros: o Terreiro Ilê Axé Gunten Máriô, responsável Ilarixá Sônia de Ogum, e o Centro do Caboclo Tumba Junssara, cujo responsável é Rubens de Omolu e oito igrejas protestantes espalhadas pelo território. Ressalta-se que as igrejas, genericamente classificadas como protestantes ou neopentecostais, atuam, de modo sistemático, como forças religiosas opositoras dos valores quilombolas e de herança religiosa e cultural negro-brasileira.

As práticas religiosas de matriz africana na comunidade foram e são importantes para manter viva as memórias e as identidades dos quilombolas, sendo uma forma também de manter uma conexão com as divindades cultuadas pelos povos que nos antecederam. Compreende-se que é uma forma de dar continuidade às manifestações culturais e religiosas no novo ambiente em que foram inseridos. Nesse aspecto, o espaço Pé de Iroko é reconhecido por muitos como um local de espiritualidade estabelecida pelos povos africanos, bem como um lugar de coexistência entre os moradores.

Conforme o relato do Senhor Carlos dos Santos, é importante reconhecer as contribuições dos povos africanos, indígenas e cristãos na comunidade e sobretudo nos rituais do candomblé no terreiro pé do Iroko. “Os candomblés são religiões criadas no Brasil, desenvolvidas no sincretismo que introduziu no ritual, elementos africanos, indígenas e cristãos no processo histórico da religião” (Nascimento, 2016). Nesse sentido, é notório como o sincretismo religioso era forte na comunidade.

Conhecendo a dinâmica da festa do terreiro narrada pelos moradores, é perceptível a mistura de elementos de matriz africana, católica e indígena durante os rituais do candomblé. Segundo os moradores, a festa era anual, comemorada todo o mês de agosto. A festa era em honra a São Roque, um santo cristão. Além disso, havia imagens de santos presentes no terreiro e eram todas veneradas no Pé de Iroko pelos moradores. Eles ainda afirmaram que, naquela época, não existiam religiões protestantes e que o festejo começava no início do mês de agosto e ia até o final do mês, sendo uma das festas mais esperadas por todos, inclusive pelos moradores das cidades circunvizinhas. Desse modo, existiam duas festas importantes na comunidade: a festa do Pé de Irokô e a festa de dois de fevereiro, a festa da padroeira N. S. do Monte.

O Senhor Carlos dos Santos contou que, ao se aproximar os dias da festa, a comunidade se mobilizava para participar, organizar e preparar, juntamente com os principais organizadores, o candomblé no terreiro. Os principais responsáveis eram o Senhor Martins, Seu Jerônimo, morador da comunidade e Seu Pedro Coelho, morador e pai de santo da comunidade. Segundo seu Carlos, Pedro Coelho era muito conhecido e respeitado na comunidade e pelas redondezas. Para o Senhor Carlos dos Santos, Pedro Coelho era uma personalidade notável e reconhecida por seu trabalho realizado na comunidade como: atendimentos espirituais, conhecimentos de curas através das ervas, entre outras atividades. Além disso, o Senhor Carlos dos Santos fez a seguinte constatação:

“Naquela época não tinha separação de religião, os moradores que gostavam da festa do terreiro eram bem-vindos na festa da padroeira, mas com a chegada dos crentes tudo foi mudando, começando com a divisão das religiões na comunidade” (Santos, 2024).

No mês que antecedia a festa, havia grande movimento na comunidade, pois os moradores se organizavam para receber e acolher os visitantes que vinham de vários lugares para vivenciar o período da festa, momento de espiritualidade e partilha. Conversando com a Senhora Augusta, filha do principal organizador da festa do terreiro, ela comentou que o seu pai, Senhor Martins, recebeu essa missão do Seu avô e do próprio orixá para cuidar e dar continuidade à festa do Pé do Iroko. Sendo assim, ela também ajudava na preparação da festa,

cabendo a cada membro organizador exercer a sua função, desde a arrecadação de fundos até as matanças para a preparação dos alimentos para a festa.

Nesse sentido, Oliveira, em seu artigo denominado “Filosofia da Ancestralidade” (2012), ressalta muito bem o conceito de ancestralidade como território onde acontecem as trocas de conhecimentos e experiências vividas no grupo social, tendo como base a ética na perspectiva inclusiva do grupo. Para o autor, a ancestralidade é uma categoria de inclusão, ações com a finalidade da permanência e continuidade da história, das manifestações culturais, espirituais que se mantêm viva no modo de vida dos povos tradicionais (Oliveira, 2012). Desse modo, ele afirma que a ancestralidade está para além dos grupos sanguíneos e laços familiares.

No período da festa do terreiro, muitas pessoas vinham para cultivar o orixá que habitava no pé da gameleira e os santos cristãos que ali estavam representados. Alguns vinham para se divertir, outros pagar promessas em agradecimento de uma intenção alcançada, outros vinham fazer pedidos e trazer suas oferendas. O Senhor Carlos dos Santos ainda recordou, de forma emocionado, fatos marcantes dessa época, ele dizia: *“As mães e filhos de Santo chegavam em carros de bois enfeitados e as mulheres vestidas de baianas bem ornamentadas com seus balaios enfeitados de oferendas para o candomblé no Pé de Loco, era muito bonito de se ver”* (Santos, 2024). Os moradores também se organizavam para vender seus produtos, frutos do seu trabalho como: azeite, mariscos, caldas de frutas para fazer licores, farinha e seus derivados etc.

Desse modo, o espaço se transformava em um lugar de resgate das tradições e práticas deixadas pelos antepassados que ali viveram. Essa era uma das formas de manter viva a cultura dos ancestrais, além de propor momentos de sociabilidade e coletividade entre a população. O terreiro se tornava um território ancestral, onde a prática religiosa acontecia de forma livre, com a participação dos moradores que se sentiam parte desse espaço. Nesse sentido, Ramos (2019, p. 10) ressalta: “Nos processos rituais, o espaço é retomado, revisitado e rememorado conforme as tradições dos tempos de festas e dos tempos rituais.”

O terreiro Pé do Iroko era usado pelos moradores ex-escravizados para a realização de rituais o que se estendeu por muitos anos. Os moradores mais antigos contaram que os primeiros donos da Fazenda Monte, doaram o espaço para os moradores naquela época, por reconhecerem a sacralidade do local. Por residir ao lado do terreiro pé de Iroko, por muitos anos, o Senhor Carlos contou que, mesmo com o fim do candomblé, por várias vezes sempre ouvia, nas madrugadas, movimento e batuques como se estivesse acontecendo o candomblé no espaço. Ele me contou esse fenômeno com um pouco de receio, ele evita comentar sobre

este fato por vergonha e medo de as pessoas não acreditarem nesse fenômeno. É notório que o terreno onde está localizado o Pé de Iroko está mais dentro da comunidade do que dentro da própria Fazenda Monte. Seu Carlos comentou que, ainda hoje, ele vê visitantes chegarem de longe para reverenciar o espaço Pé do Iroko. E continuou dizendo:

O espaço Pé do Loco fazia parte da Fazenda do Monte e como não tinha estrada naquela época a gente passava pela fazenda para chegar no Monte, onde já tinha um caminho muito antigo chamado estrada do Ji. Tinha esse nome porque havia uma terra/arenoso colorida muito usada pelos moradores para pintar as casas, e os mais velhos diziam que os ex-escravos fizeram esse caminho para chegar no Monte (Santos, 2024).

A importância do espaço apresentada pelo quilombola dialoga com a concepção de Silva e Junior (2019). Nesse sentido, o local se torna lugar de convivência, onde se constrói e se produz para o bem comum, por isso eles definem o lugar como ideia de unidade. O lugar está ligado à confraternização, modo de vida e modo de trabalho e à troca de experiências entre sujeitos. No momento em que fui ao encontro desses mais velhos e disposta a inclinar os ouvidos para escutá-los sobre as histórias, tive acesso, via memória, aos fenômenos que aconteceram e acontecem nesse lugar e que lhes foi transmitido por seus antepassados. Sem dúvida, o processo de escuta foi como se estivéssemos abrindo baús de tesouros escondidos, que estavam guardados ao longo do tempo. Na verdade, todos podem ter livre acesso a essas bibliotecas vivas; basta ter a curiosidade e a sensibilidade de reconhecer essas riquezas, valorizando os conhecimentos e saberes que esses autores trazem em suas memórias.

Vale destacar que todos podem ter acesso a esses conhecimentos. Por não existir um valor estimativo, essas ciências são todas gratuitas, simplesmente, porque nunca estiveram à venda, pois esses conhecimentos e ensinamentos são construídos no dia a dia e transmitidos de geração a geração, tornando-se muitas vezes ferramentas de luta e resistência no combate contra o racismo, a desigualdade e a intolerância religiosa que foi se espalhando pelo território com o passar do tempo. Nesse sentido, os conhecimentos dos povos tradicionais não possuem um valor estimativo, porque o conhecimento é construído na vivência e na coletividade, transmitido através da língua.

Para Hampâté Bâ (2010, p.172): “Se a fala é força, é porque cria uma ligação de vaivém que gera movimento e ritmo, e, portanto, vida e ação”. De fato, sabemos que em vários espaços da sociedade brasileira há racismo explícito e velado em relação às histórias dos povos afrodescendentes, inclusive nos espaços educacionais, especialmente quando o assunto está relacionado às bagagens que esses mestres, mestras, crianças e adolescentes

trazem consigo, e ao chegarem nos espaços escolares, são desvalorizados e desconsiderados. É preocupante quando esses desconhecimentos ou apagamentos partem das escolas dentro do próprio território tradicional dificultando a transmissão desses conhecimentos e do próprio processo histórico do território, bem como a origem dos povos quilombolas. As escolas formais do quilombo Monte Recôncavo estão alinhadas com as orientações curriculares quilombolas?

De fato, o conhecimento é libertador. Podemos dizer do ponto de vista ideal que a educação pública de qualidade tende a promover a autonomia do sujeito e o orgulho de sua origem, de modo a inibir todo tipo de racismo, além de impedir conteúdos e discursos de cunho racista que promovam a desigualdade, preconceito e a intolerância religiosa que é latente na sociedade brasileira. A realidade do quilombo Monte Recôncavo não é diferente. As escolas públicas, no Monte Recôncavo, estão, infelizmente, distantes das fundamentações a propósito das orientações curriculares quilombolas.

6 CURRÍCULO DO LUGAR: ESTABILIZADO E EXPANDIDO

A escola precisa abandonar com urgência as ideias eurocêntricas e excludentes em seu interior, a começar pela organização e estrutura curricular, principalmente no que se refere à história da África e aos povos afrodescendentes do nosso país. Muitos fatores de exclusão, inferiorização e desigualdades que circulavam e ainda circulam nos espaços das escolas e espalhados em outros ambientes da sociedade via educação não formal são frutos gerados do racismo, que, por sua vez, era reforçado no espaço educativo formal (Almeida, 2019).

Isso ocorria (e ocorre) porque, uma vez que a temática abordada estava voltada para questões étnico-raciais, bem como para a história da África seus ensinamentos eram carregados de estereótipos perversos aplicados à população e ao continente africano. O processo é replicado nos territórios quilombolas, infelizmente.

Segundo Almeida (2019, p. 75), “O currículo está longe de ser um instrumento imparcial, uma vez que pode ser utilizado tanto como articulador de mudanças, quanto como elemento repressor perpetuando modelo de educação e prática pedagógica”. Diante dessa reflexão, o currículo escolar quilombola precisa, em sua organização, estar de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola. A Resolução menciona, no Capítulo I, Art. 30, diz que o Currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades

da Educação Básica, deverá promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, renovada ou recriada e territorializada nos espaços quilombolas.

Desse modo, o currículo escolar deve proporcionar novos caminhos que criem laços de respeito entre as diferenças, trabalhando mais a valorização das culturas, das línguas e das histórias reais dos povos africanos e afrodescendentes, fomentando a importância do legado construído pelos grupos tradicionais na formação do país. Assim, a educação de uma forma geral estará verdadeiramente cumprindo o seu papel. A propósito e a rigor, papel que todos esperam no processo formativo dos educandos. O currículo deve ser entendido como uma ferramenta flexível e integral, por estar aberto a outros meios educativos, como os processos educativos não-formais, que estão para além dos muros das escolas.

Nesse sentido, o currículo, visto como uma totalidade, pode abranger outros conhecimentos e outros modos de saberes e fazeres que são produzidos em outros espaços através dos agentes ativos da comunidade fora do contexto escolar (Antônio, 2024). Nesse aspecto, o currículo precisa estar efetivamente alinhado com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que permite que esses conhecimentos tradicionais advindos de grupo social e étnico-racial, sejam incluídos durante a elaboração do projeto pedagógico especificamente das escolas localizadas no território do quilombo Monte Recôncavo. Portanto, o currículo tende a desconstruir as ideias que foram produzidas e reproduzidas pelos colonizadores ao longo dos tempos em relação às histórias dos povos tradicionais. De fato, esses conhecimentos eram e ainda são tratados de forma hierarquizadas, fragmentadas e estereotipadas nos espaços educacionais formais.

O intelectual Antônio (2024) denomina essa tipologia e/ou categoria curricular que esmaga e impede os currículos estabilizados pelos lugares, como produção reafirmadora do ‘currículo esquizofrênico’, que é um artefato curricular e igualmente político de dominação ao exercer um papel de minorar ou anular as culturas, os conhecimentos, as tradições e o modo de vida dos povos africanos e afro-brasileiros (Antonio, 2024). Na contramão dos currículos esquizofrênicos, os currículos estabilizados e expandidos pelo lugar trazem em seu bojo conhecimentos, produções, culturas, vivências e tecnologias que são perpetuados ao longo da história nas comunidades tradicionais e quilombolas, porém, a produção curricular quilombola vive numa permanente disputa para ser considerada conteúdo relevante na estrutura curricular formal. Essa é uma luta que vem se arrastando ao longo dos tempos, mesmo com a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Para Antônio (2024, p.7): “É fundamental igualmente o ingresso no sistema formal de ensino, de novas disciplinas

estabilizadas e expandidas pelos lugares”. Bem como o sistema cultural negro-brasileiro e africano-indígena. Desse modo, é importante que os elementos basilares que constituem o território quilombola estejam presentes no processo de ensino-aprendizagem dos educandos residentes nesse território.

Dentre os inúmeros elementos que compõem o currículo estabilizado e expandido pelos lugares, não podemos desconsiderar as narrativas que envolvem o espaço “Pé do loco” e reafirmá-lo, pela força do currículo estabilizado e expandido do Monte Recôncavo, como Pé de Iroko, espaço sagrado. Em cada narrativa contada e rememorada, tem-se a noção do valor e significado que o espaço Pé de Iroko, representava e ainda representa para a população do Monte Recôncavo. Cada relato escutado, dá-nos a sensação de que o espaço ganha vida. O seu núcleo é formado da sacralidade, ancestralidade, legados herdados dos antepassados que lutaram e resistiram a tudo e a todos para manter sua crença, a sua cultura, transformando esse lugar no pedacinho da mãe África. O ritual do candomblé no pé do Iroko que era tão marcante no passado, podemos hoje, no ano de 2025, conceituá-lo como base para a memória coletiva, espaço de encanto e lugar de resistência e de afirmação da raiz - matriz negro-africana no quilombo Monte Recôncavo.

7 CONCLUSÃO

Considerando os capítulos do artigo, a presente pesquisa buscou investigar a historicidade e o significado do Pé de Iroko ou “Pé do Loco”, no registro oral, para o quilombo Monte Recôncavo. Os registros orais, obtidos por meio de entrevistas não-diretivas e pesquisa bibliográfica, confirmam a hipótese inicial: o local é um marco central na construção da identidade e da ancestralidade da comunidade. O Pé de Irokô funcionou como um potente currículo estabilizado e expandido, onde ritos, saberes, práticas de cura, sociabilidade e resistência eram e são ensinados e perpetuados. As memórias das festas, o sincretismo religioso (com elementos africanos, indígenas e cristãos, como São Roque), a importância das mulheres negras (lavadeiras e agricultoras) e a própria origem linguística do nome é do Loco (derivada da gameleira do Orixá Iroko) são evidências de um território usado e praticado que transcende o mero espaço geográfico tornando-se um lugar de memória coletiva. Nesse contexto, conclui-se que, apesar de o espaço físico não abrigar mais as grandes festas anuais com a mesma intensidade do passado, ele permanece vivo nas narrativas dos anciãos, sendo um arquivo oral que sustenta a identidade quilombola e exige o

reconhecimento e a valorização desses saberes ancestrais nos contextos educacionais e sociais do Monte Recôncavo.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Carlindo Fausto. **A língua usada como produção do espaço, do território, do espaço, do território, do cotidiano e do sistema cultural**. In: A Língua usada como produção do espaço, do território, do Lugar, do cotidiano e do sistema cultural, 2021. Universidade de Santiago, Campus Bolonha, CV. Anais Cabo Verde: Uni-CV, 2021.
- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque. **Educação Afrocentricidade: Implicações para a formação do docente**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, n.31, p.71-86, maio/out/2019.
- ANTONIO, Carlindo Fausto. **HQ Território Negro: a força dos currículos estabilizados e expandidos pelos lugares**, Redação Pagina13 p. 1-15, set, 2024.
- BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: **História Geral da África Metodologia e pré-história da África** .2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p.167 - 188.
- BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. **Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- CASTRO, Vinícios Vasconcelos. **Irocô, Loko: eixo do mundo e morada dos Deuses**. Editora alesi, s.l.p. 1-9, 2009.
- CENSO 2022. Quais são os 9 municípios do Brasil onde autodeclarados pretos são a maioria: BBC News Brasil, São Paulo, 22 dez.2023. Site: Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/censo-2022-quais-sao-os-9-municipios-do-brasil-onde-autodeclarados-pretos-sao-maioria,b9c292c392abb68ade09388fe2a05648dgrwmsd1.html>. Acesso em: 07 set.2024.
- MARTINS, Augusta: O candomblé do pé do Iroko [Entrevista concedida à Elisângela Medeiros Silva]. São Francisco Do Conde, BA,2025.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais**, São Paulo, v.35, 20-29, mai/jun.1995.

IROBI, Esiaba. **O que eles trouxeram consigo; carnaval e persistência da performance africana na diáspora.** Projeto História, São Paulo, n.44, p 273-293, jun.2012.

MARTINS, Augusta [**Entrevista concedida à Elisângela Medeiros Silva**]. São Francisco Do Conde, BA,2025.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis;** Brasília; 153- 170; 2016.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Notícias Históricas de São Francisco do Conde. Bahia, Estudos Bahiano, 1976.

RAMOS, Jarbas Siqueira. **Desvelando o corpo-encruzilhada:** reflexões sobre a encruzilhada como espaço de interseção. UFU, Uberlândia, [2010], p. 1- 16.

SILVA, Maria Auxiliadora da; JUNIOR, Rubens Toledo de. **Os desafios da geografia e a contribuição da obra de Milton Santos:** Originalidades e rigores teóricos e epistemológicos; in: Encontro com Pensamento de Milton Santos: O Homem e sua Obra, 2009, Salvador, BA. Anais... Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Carlos dos: O candomblé do pé do Irokô [**Entrevista cedida à Elisângela Medeiros Silva**]. São Francisco do Conde, BA, 2024.

SANTOS, Ezequiel dos: O candomblé do pé do Irokô [**Entrevista cedida à Elisângela Medeiros Silva**]. São Francisco do Conde, BA, 2024.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo:Cortez,2007.

SANTOS, José Jorge Espírito do, 1963. **São Francisco do Conde;** resgate de uma riqueza cultural. São Francisco do Conde, 1998.

SALVADOR (BA). Resolução CEE nº 69, 20 de dezembro de 2013.Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola. **Resolução CEE.** Salvador, 20 dez. 1999. P.30.

KILEUY, Odé. **O poder as folhas. Berreiro.** Rio de Janeiro. 17 mar 2023. TikTok: @odekileuy. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@odekileuy/video/7211665965812206853>. A cesso em: 08 set. 2024.